

## EDUCAÇÃO

## DPU quer explicação do Inep

Defensoria da União cobra confirmação de instituto de que segurança do Enem está intacta

» GABRIELA BERNARDES\*  
» GABRIELA CHABALGOITY\*

A Defensoria Pública da União (DPU) acionou a Justiça Federal para exigir que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela prova do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), prove que, durante a elaboração da prova, foram usadas medidas para garantir que não haja vazamentos e fraudes no certame. A ação foi ajuizada na 14ª Vara Cível Federal de São Paulo.

O defensor João Paulo Dorini pede à Justiça que o Inep responda no prazo de até 24 horas, pois as provas começam a ser aplicadas neste domingo. A DPU pede explicações sobre quais medidas foram e estão sendo adotadas para que a saída de servidores que atuavam diretamente no exame não coloque em risco a segurança contra vazamento de informações e contra fraudes.

A ação questiona, ainda, se, durante a preparação das questões, houve ingresso de pessoas além dos examinadores em áreas restritas e quais procedimentos foram adotados para que não houvesse vazamentos. Mais: a DPU questiona, em relação ao conteúdo do exame, se foram excluídos itens da prova em razão do assunto que abordavam — caso isso tenha ocorrido, pede para que se identifique de quem partiu o pedido e quais os efeitos para o balanço da dificuldade do exame.

O Inep ainda terá de comprovar à DPU cada um dos itens solicitados por meio de documentos. O instituto deverá apresentar relatórios, ofícios, despachos, atas de reunião e outros documentos previamente produzidos. Na falta deles, servidores deverão testemunhar.

Pedro França/Agência Senado



Segundo Izalci, o Inep precisa de autonomia. Setores defendem que instituto vire órgão de Estado para evitar influência política

## Comissão no Senado

Paralelamente à ação da DPU, o Senado criou uma comissão para apurar a crise no Inep — cujo ápice foi o pedido de exoneração de 37 servidores ligados à produção do Enem. O grupo de trabalho será composto por quatro senadores, com o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) como coordenador.

“Eu quero que, na medida do possível, os alunos fiquem tranquilos. Eles não devem se preocupar com isso. Se tiver alguma coisa de errado, vamos descobrir”, garantiu o senador, que é presidente da Frente Parlamentar Mista em

Defesa da Educação, do Congresso.

De acordo com o senador, a Comissão foi criada para receber denúncias de qualquer falha na aplicação do Enem e assegurar aos estudantes que a prova será executada sem problemas. “Nada foi apurado ainda, mas a comissão tem esse papel. Vamos investigar o que, de fato, está acontecendo no Inep e, ao mesmo tempo, acompanhar a execução do Enem”, afirmou ao **Correio**.

Para Izalci, o Inep precisa de mais autonomia — e há quem defenda, inclusive, que se torne um órgão de Estado, apartado do Ministério da Educação, para

que não sofra influência política. “É importante que seja uma instituição independente, que não seja ‘de governo’, para que não haja interferências”, explicou.

O senador reconheceu que o comentário do presidente Jair Bolsonaro — de que o Enem está “a cara do governo” — trouxe nervosismo para os alunos que aguardam a prova. Segundo Izalci, “as pessoas escutam mais as versões do que os fatos, e essa foi a versão que ficou: de que houve interferência na prova”, explicou.

\* Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

**21**  
de novembro  
será a primeira fase da prova do Enem deste ano. A segunda será no dia 28

Leia mais sobre Enem na página 16

## Juiz rejeita ação que pedia saída de Dupas da presidência

O juiz Marcelo Rebelo Pinheiro, da 16ª Vara Federal de Brasília, rejeitou uma ação que pedia o afastamento do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Danilo Dupas. A iniciativa partiu da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), da organização

Educafro e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Segundo o magistrado, o afastamento de Dupas seria uma decisão “excessivamente gravosa” e que não há provas para respaldar tal medida. O Inep vive uma crise de gestão, desde que 37 funcionários ligados diretamente à realização do Enem pediram

exoneração há poucos dias.

Os servidores contestavam várias diretrizes da atual gestão e denunciavam perseguições e constrangimentos. Além disso, denunciaram interferências externas na elaboração do Enem — embora tanto Dupas quanto o ministro da Educação, Milton Ribeiro, neguem qualquer

ingerência irregular.

A ação das três entidades pedia que fosse designado um interventor no lugar de Dupas, que seria um “servidor de carreira pelo período necessário para realização e finalização integral dos exames Enem e Enade de 2021. Requisitava, ainda, “a íntegra dos processos

administrativos que registraram a retirada de 24 itens/questões da primeira versão do Enem 2021 e que depois reincluíram parte destes itens, bem como dos processos administrativos que tentaram incluir pessoas estranhas ao Inep entre aquelas com acesso às várias versões de provas do Enem”.

## CB.SAÚDE

## Diabetes: covid-19 afetou tratamentos

» JÚLIA ELEUTÉRIO

Aproximadamente 95 mil pessoas deixaram de se tratar da diabetes no Distrito Federal durante a pandemia de covid-19. Foi o que disse, ontem, a endocrinologista do Hospital Brasília Jamilly Draco, em entrevista para o **CB.Saúde** — programa do **Correio Braziliense** em parceria com a TV Brasília. Ela salientou que, apesar das permanentes campanhas de conscientização, uma parcela da população continua sem levar a doença a sério.

“Nesses últimos dois anos, teve um aumento absurdo. Há dois anos, a gente falava de um paciente a cada 11 que tinha diabetes. Agora, falamos de um a cada nove pacientes apresentando a doença. Isso é uma realidade do mundo. Pelo DF, nos dados da Dasa e do Hospital Brasília, são 95 mil doentes que interromperam o tratamento. E a gente acredita que metade das pessoas não sabem que têm a doença”, salientou.

Segundo a médica, o quadro se agrava porque crianças estão desenvolvendo a diabetes precocemente. “O que está acontecendo é a obesidade infantil levando a um diabetes similar ao tipo 2, que é o da resistência insulínica

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Jamilly: apesar das campanhas de conscientização, há quem não leve a diabetes a sério

e da sobrecarga de açúcar. Muito disso é do estilo de vida, da alimentação com excessos e falta de atividades físicas”, observou.

Jamilly lembra que as mulheres não podem se descuidar e que são tão vulneráveis quanto os homens à diabetes. “Temos uma proporção muito equivalente entre homens e mulheres,

diferentemente de outras doenças hormonais a que as mulheres são mais suscetíveis, como, por exemplo, a tireoide. A diabetes é uma doença que não tem gênero e idade. É bem homogênea”, alertou.

A especialista deu a receita para a pessoa não ser surpreendida pela diabetes e, dependendo da

gravidade da doença, ser obrigada a uma mudança radical de modo de vida — e, muitas vezes, levada a adotar uma série de restrições, sobretudo alimentares.

“É um exame relativamente simples, por meio de uma glicemia de jejum. Nós temos que rastrear um pouco a família desse paciente verificando

## » 3ª dose: Anvisa solicita dados

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pediu ao Ministério da Saúde, ontem, informações sobre os critérios que embasaram a decisão de ampliar a aplicação da dose de reforço contra a covid-19 para todos os adultos. Segundo a Anvisa, só a Pfizer e a AstraZeneca pediram a inclusão na bula da terceira aplicação dos seus imunizantes. Em ofício, a Anvisa contraria o que indicou o ministério, de que a dose adicional deveria ser feita com uma vacina diferente daquela que a pessoa recebeu na primeira fase de imunização.

o histórico familiar em relação ao diabetes e o aumento de peso de forma recente, porque tem uma relação direta com o aparecimento da doença. Basta você procurar um clínico, um médico de família, um endocrinologista, um cardiologista, e fazer a glicemia de jejum, além de outros exames”, sugeriu.

## MEIO AMBIENTE

## Brasil tem, em 15 anos, maior índice de desmate

Em mais um recorde, o Brasil registrou o maior índice de desmatamento do país dos últimos 15 anos na chamada Amazônia Legal, que engloba o território de nove estados. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgados ontem, entre agosto de 2020 e julho de 2021 foram desmatados 13.235 km² de floresta na região. Esse volume é 21,97% maior que o registro no mesmo intervalo de 12 meses anterior, quando a área devastada chegou a 10.851 km².

Chama a atenção o fato de o documento do Inpe com os dados oficiais ser datado de 27 de outubro, mas ter sido divulgado apenas ontem. Ou seja, a informação só foi conhecida 22 dias após o documento ser elaborado e depois de ser encerrada a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP26, em Glasgow.

Os dados consolidados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélites (Prodes) são conhecidos como a informação técnica mais precisa sobre a medição de desmatamento no país. Para chegar ao levantamento, foi detalhada a situação de 106 cenas prioritárias em todos as unidades da Federação que compõem a região.

O Pará é o estado com a maior taxa de desmatamento, respondendo sozinho por 5.257 km² de devastação, o equivalente a 39,72% da área total. Amazonas é o segundo mais afetado, com 2.347 km² (17,73%), seguido por Mato Grosso, com 2.263 (17,10%).

O dado é contrário ao discurso que o governo federal apresentou na COP26, de que tem protegido a Amazônia. Desde 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu o Palácio do Planalto, praticamente dobrou o volume de desmatamento na região. O índice medido de julho de 2017 a agosto de 2018 foi de 7.536 km² de desmatamento.

No primeiro ano da gestão Bolsonaro, em 2019, o volume saltou para 10.129 km². No ano passado, em nova alta, chegou a 10.851 km². Agora, atinge 13.235 km², só atrás do que se viu em 2006, quando a área desmatada chegou a 14.286 km².

Os ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, porém, anunciaram que estão preparando ações integradas, com participação de inteligência policial, para coibir o desmatamento. Em entrevista, o ministro da Justiça, Anderson Torres, prometeu uso de “toda a força” para coibir crimes ambientais e permitir que o país cumpra metas assumidas na COP26 de zerar o desmatamento ilegal.

Já o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, afirmou que o governo precisará ser “mais contundente” para combater o desmatamento, após reconhecer que os números ainda são um “desafio”.

## Terras indígenas

E o vice-presidente Hamilton Mourão voltou a defender, ontem, a regulamentação de exploração mineral em terras indígenas. Na avaliação do general, se isso não acontecer, o governo ficará eternamente em um “jogo de gato e rato” com os garimpeiros.

“Tem que regulamentar a questão da exploração mineral em terra indígena. A Constituição prevê isso. Enquanto não regulamentar, vai continuar esse eterno jogo de gato e rato. É uma realidade”, disse, à saída do Palácio do Planalto.

De acordo com o vice-presidente, alguns índios querem, inclusive, realizar atividades de garimpo em suas terras. “Há uma própria divisão no seio dos povos indígenas”, garantiu o general.